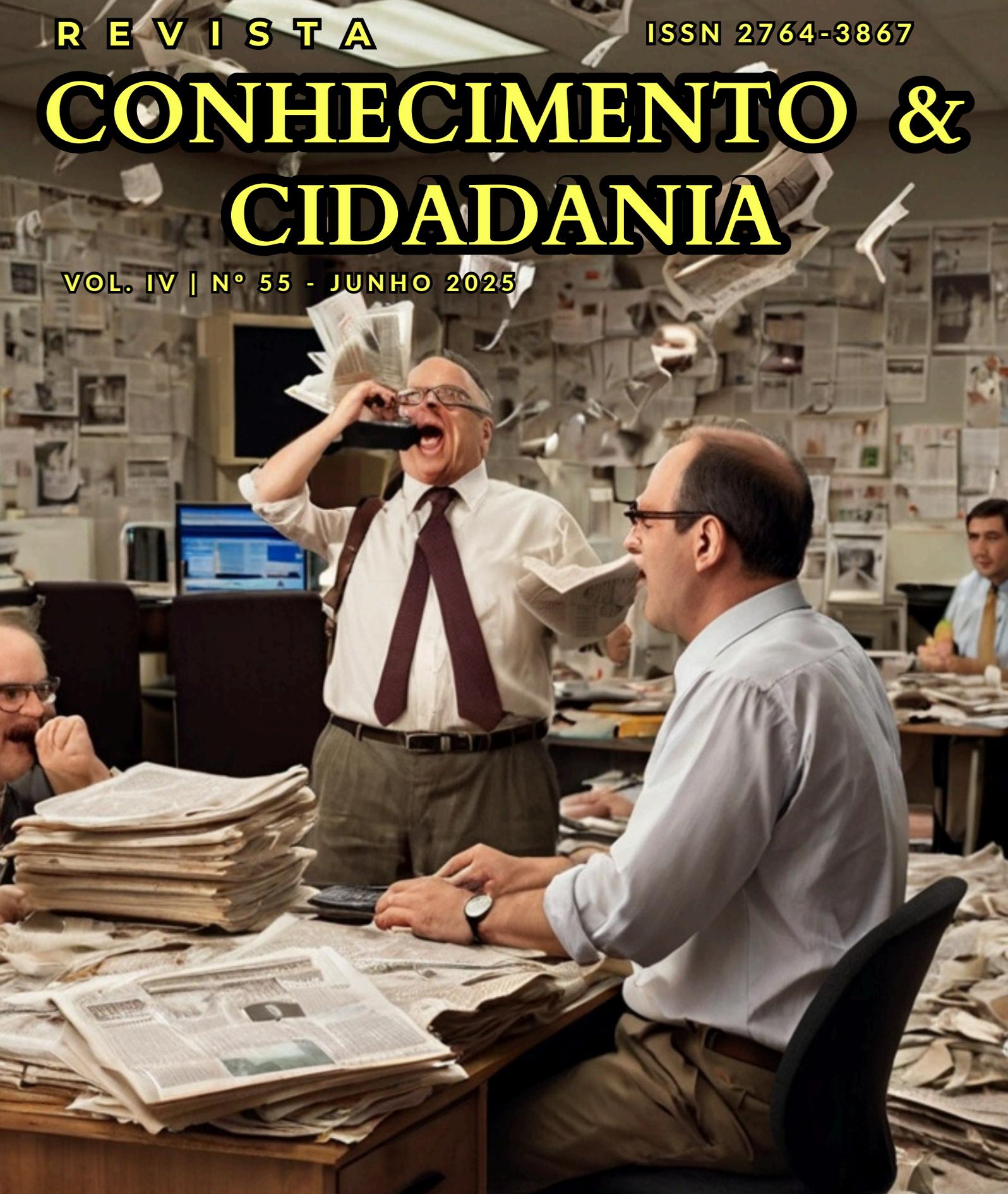


REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. IV | N° 55 - JUNHO 2025



EDITORES DA REALIDADE

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa - Editor-Chefe
Munique Costa - Designer de capa
Pedro Costa - Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Edson Araujo
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta
Neto Curvina

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com

 [Vaquinha online](#)

 Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania

 revistaconhecimentocidadania@gmail.com

 [@revistaconhecimentocidadania](#)

 [@revistaconhecimentocidadania](#)

 [@RevConhecimento](#)

 [@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. IV – Nº 55
Junho de 2025
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

NETO CURVINA

Ministro do Evangelho, teólogo, escritor e educador, Autor do livro: "A Velha Desordem Mundial: a teologia do caos".

Editores da realidade



“Censura é proibida constitucionalmente, eticamente, moralmente, e eu diria até espiritualmente. Mas também não se pode permitir que estejamos numa ágora em que haja 213 milhões de pequenos tiranos soberanos” [Carmem Lúcia, Ministra do Supremo Tribunal Federal](#)

Um dos brinquedos mais populares na década de oitenta eram os exércitos de pequenos soldados, cowboys e índios apaches, aqueles pequenos guerreiros, quase sempre monocromáticos, travavam incontáveis batalhas em nome de seus senhores recém-saídos das fraldas. Aquelas guerras eram encenações cujo único propósito era entreter garotos que criavam histórias em suas jovens mentes, portanto, o seu desfecho atenderia o roteiro imaginado por seus donos. Curiosamente, vencedores e derrotados, tendo cumprido seus respectivos papéis, voltavam aos seus alojamentos para um merecido repouso, momento em que a rivalidade não mais importava, pois, nas caixas de brinquedos, não passavam de peças de plástico.

Sendo o convívio social algo intrínseco à natureza humano, ao crescer deixamos de nos observarmos como o centro do universo, reconhecendo a existência de outras pessoas com independente, não se desintegrando quando fora de nossas vistas. Seja com irmão ou amigos, as brincadeiras em conjunto obrigam-nos a transigir, de forma que, aquelas batalhas de brinquedos deixarão de seguir uma vontade única para terem resultado definido pelo acordo daqueles que controlam os guerreiros. Nem sempre que os soldados são retirados da caixa um desfecho premeditado, como um roteiro, acontecerá,

Leandro Costa

pois, diante da participação de outra mente, surgirá a intervenção dela nos desdobramentos do conflito e aqueles que despertaram condenados à derrota, poderão se sagrar vencedores.

Não raros os casos em que irmãos e amigos brigam para conduzirem as histórias conforme suas vontades, mas o tempo os fará entender que, juntos, poderão criar tramas muito mais ricas e memoráveis. Aprender que há vontades tão soberanas quanto as nossas é fundamental para que possamos coexistir e evoluir, não fosse pela intervenção de grandes pensadores, heróis, vilões e todos aqueles que de alguma forma colaboraram para legar algo, a humanidade não teria história. Mas há aqueles que, sendo donos dos brinquedos, preferirão os recolher às suas caixas a permitir que outrem dê novos rumos àquilo que planejara.

Conhecido entre seus amigos como “o dono da bola”, tal curiosa figura, não aceitando a derrota, recolherá a bola condenando a diversão a um final precoce, haja vista que, em sua visão egoísta, a única vontade que importa é a sua. Não aprendendo que seu sangue não tem mais valor e o universo não foi criado como um aquário exclusivo de um peixe raro, o dono da bola se recusa a saborear a frustração e busca impor aos outros o resultado que deseja, mas, ao menos, ele é o dono da bola.

Na mentalidade da elite revolucionária, que se considera iluminada, que se considera mais digna e capaz que todos os outros, mesmo que a bola pertença ao grupo, o líder dar-se-á o direito de interromper o jogo e tomar tal objeto para si, impedindo que o desfecho seja qualquer outro que não aquele que sua mente egoísta desejava. Faltando-lhe o pudor para reconhecer que rema contra a vontade de todos, algumas vezes contra apropriada realidade, o revolucionário tentará assumir o timão do universo, julgando-se um deus entre homens e, voltando a sua primeira infância, tornar-se-á o senhor dos pequenos bonecos em sua brincadeira nefasta.

Talvez algumas pessoas não tenham tido a oportunidade de dividir seus brinquedos ou praticarem esportes coletivos, seja por impopularidade, isolamento natural ou, ainda mais triste, por terem sido encastelados por ascendentes tão arrogantes que não admitiam que os seus tivessem quaisquer contatos além dos muros que os protegiam da plebe que usavam fingindo proteger. Não por acaso, a regra entre os revolucionários é que suas lideranças sejam intelectuais criados em meio ao luxo que simulam empatia em relação aos menos afortunados, ao passo que os desprezam.

Não há como negar que os senhores da revolução gritam por igualdade do topo de suas ricas varandas, mas se recusam a se aproximar dos pobres que alegam defender como se leprosos fossem. Exigindo tratamento especial, de furar filas em aeroportos à área exclusiva em shows patrocinados pelo poder público, tais figuras se anojam do povo comum, mas os querem para lhes servirem, com a única condição de que jurem vassalagem a qualquer preço.

Leandro Costa

Ao exigir submissão total, através do totalitarismo, os líderes revolucionários desejam que homens de verdade tornem-se aqueles brinquedos que são sacados de suas caixas apenas quando o interesse de seus senhores assim pretender, entretanto, o que se pede é que o indivíduo abra mão de seu livre arbítrio, algo que nem mesmo Deus tirou dos seres humanos, permitindo-nos errar, aprender, espiar nossos erros e buscarmos a redenção. Não seria louco imaginar que alguém que luta para subtrair o libre arbítrio de outros seres humanos, seja nada além de um servo daquele que outrora desejou o lugar do próprio Deus, mas isso fica para outra ocasião.

É bem provável que Maximillien Robespierre, Joseph Stalin, Adolf Hitler, Mao Tsé-Tung, Benito Mussolini, Fidel Castro, Hugo Chaves, Nicolás Maduro e outros tantos líderes abjetos não tenho aprendido a dividir seus brinquedos quando crianças e, por tal motivo, nunca superaram a fase da infância em que se consideravam o centro do universo e o motivo da existência de tudo, o que explicaria, sem justificar, seus feitos. Incapazes de superar a ideia de controlar cada passo de seus brinquedos, os ditadores acabam lutando contra a natureza humana, tendo em mente que, diferente dos soldados de plástico, cada homem tem seus desejos e suas motivações.

Destruir a natureza humana tornou-se a missão central dos nefastos senhores da revolução, criando estratégias dos mais variados para subjugar a vontade inextinguível da alma humana por liberdade, haja vista que, se, como mencionado, Deus, em sua onisciência, não subtraiu a liberdade de consciência do homem, não seria um intelectual, cego por sua arrogância ou a serviço de uma força nefasta, que o faria.

Poderíamos alegar, em favor daqueles que buscam controlar a consciência humana, que a liberdade tem limites, mas há uma grande diferença entre limites impostos à convicção e consequências da ação, sendo necessário um parêntese para tratar do tema.

Ao impedir que se discutam temas ou se levantem hipóteses acerca de algo, o único resultado buscado é a hegemonia da elite, seja pelo fato de que, aos membros da revolução não se impede defender as mais transloucadas e doentias teses, ou, porque não se pode dar a chancela da verdade a um espectro, sob pena de não existirem vozes dissonantes. Por outro prisma, há de se enfrentar que, sem a liberdade de expressão, não há como discorrer sobre algo em sentido contrário à elite dominante, de maneira que, mesmo as falhas serão encobertas pelo silêncio. Como exemplo hipotético, é possível sugerir que um grupo de cidadão durante o regime nazista argumentasse em favor dos judeus e contra os campos de concentração, podendo convencer o povo daquele país que as medidas impostas pelo governo eram erradas, levando, ao menos, a questão ao debate. Obviamente, no cenário real, em que o Partido Nazista controlava o que podia ser dito, ou seja, impunha a censura, tal grupo insurgente acabaria criminalizado e levado pelos trens aos campos de concentração.

Leandro Costa

Desagradar os senhores, em um regime totalitário, sempre foi considerado o crime mais grave, justamente, porque a liberdade para apontar falhas e desmandos do regime tende a desestabilizá-lo, por isso, bradar contra os ocupantes de posições de poder é, constantemente, uma ação rotulada de antidemocrática, não por atentar contra a democracia em si, mas contra aqueles que se julgam os donos da bola no jogo do poder, subtraindo, em seu favor, o conceito de democracia para o transmutar e dar falso verniz a sua ditadura.

Controlar a informação, além de espalhar a miséria, é uma arma usada para que os indivíduos sejam convencidos que a versão da elite revolucionária é a verdade e quando tal versão se torna tão inverossímil a ponto de não convencer as massas, resta deturpar termos, calar quem aponta para as falhas e, por fim, usar da violência para coagir a todos para que sigam, sem questionar, as ordens de seus senhores. Por isso, editar a realidade é a verdadeira utopia, posto que, é a busca infrutífera pelo horizonte que não seduz os idiotas úteis, mas a própria elite revolucionária.

O idiota útil, a massa de manobra que aposta na revolução coletivista para viver em um paraíso em vida, sendo que o plano material é, em sua essência, a fase de provação para a alma humana, em que vivemos em pecado para superá-lo e redimir nossa alma, fazendo com que a ideia de construir um paraíso de ímpios é uma utopia em si, por isso, o idiota útil busca chegar à linha do horizonte, guiado pela elite intelectual revolucionária, ignorando que, a cada passo dado na direção de tal linha, mais ela se afasta.

Em síntese, os servos das ideologias revolucionárias agem como se fossem marinheiros que, seguindo as ordens de seu capitão, acreditam que chegarão à linha do horizonte, enquanto o seu líder os mantém subjugados prometendo que, um dia, chagarão ao destino. Quanto mais buscam igualdade, mas ela é destruída, quanto mais buscam justiça, mais injusto seus métodos se provam, quanto mais lutam contra a miséria, mais a espalham, e, por fim, quanto mais afrontam as tradições, mais se autodegradam.

Por outro lado, a elite revolucionária não está sendo iludida por seus senhores, mas por sua própria soberba, uma vez que acredita ser capaz de dobrar a realidade e controlar a natureza humana, fazendo daqueles que estão sob seu poder criaturas reduzidas a brinquedos em uma caixa, o quê não incomoda os idiotas úteis que aceitam suas migalhas em troca de uma promessa mentirosa ou de uma pequena concessão de luxo, mas esbarra naqueles que buscam preservar sua existência e consciência.

Durante o experimento totalitário, apelidado como pandemia, na última virada de década, todos aqueles que ousaram expor quaisquer contradições nas narrativas adotadas pela Torre de Marfim foram tradados como negacionistas, termo cunhado para rotulá-los como pessoas contrárias à ciência, em que pese a regra nos campos científicos seja o enfrentamento de teses contrárias e a agenda transgênero seja flagrantemente contrária a ciência, logo, negacionista. Mesmo derrubadas algumas das teorias que

Leandro Costa

embasaram as medidas autoritárias naquele período, a elite revolucionária luta para não reconhecer seus erros e abusos ou, simplesmente, se nega a tratar do tema.

A censura é o meio reconhecido para a imposição do autoritarismo, razão pela qual, torna-se elemento vital em regimes de tal natureza. Não há como manter um sistema autoritário sem o controle da opinião, da consciência, bem como, é impossível aplicar a censura sem que o regime se torne desmedidamente autoritário, logo, pode-se dizer que um não existe sem o outro.

Evidentemente, ninguém espera que um agente da censura, portanto autoritário, assumir-se-á sem cerimônias e sem uma máscara diante de todos. Não até que seu poder e soberba sejam tamanhos que sequer precise preservar sua imagem.

Negando sua natureza autoritária, a elite revolucionária colocar-se-á como bastião da democracia, justificando suas ações antidemocráticas, e incriminará qualquer um que considere um obstáculo em seu caminho, ainda que o crime seja discordar ou cogitar algo. Para tanto, atribuirá suas qualidades àqueles que pretende destruir ou calar, impondo-lhes rótulos como negacionistas, fascistas, golpistas, antidemocráticos e, por mais que pareça loucura, tiranos, ou melhor, pequenos tiranos, uma vez que não estão em posição de poder para exercer a tirania com a elite que os acusa.

A censura não é um remédio, mas um veneno para a democracia, de maneira que jamais deveria ser tolerada, mesmo em casos excepcionalíssimos, logo, não se poderia admitir a censura apenas para garantir o bom andamento do processo eleitoral, pois a democracia seria assassinada naquele momento e sucedida por um regime que considera a censura um instrumento válido.

A medida injustificável foi considerada por muitos como meio de salvar a democracia da democracia, ou seja, uma quimioterapia que tinha como finalidade matar o paciente e salvar o câncer, o que torna-se inegável quando aqueles que deveriam ser os soberanos segundo a Carta Magna são escanteados da vida política em nome da defesa de um Brasil sem brasileiros, uma vez que, não passam de pequenos tiranos.

Pensando que a soberania é da elite e não do povo, podemos concluir que o mais de um bilhão de pequenos tiranos da China devem ser controlados pelo regime tão admirado pelos defensores da democracia, haja vista que seria deveras perigoso que tivessem a liberdade para questionar o democrático, ao menos em nome, regime que encante à Juristocracia brasileira, assim como, a tiranete que ousou criticar o regime venezuelano talvez mereça a condenação a dez anos de prisão. Há quem aplicam penas até maiores, chegando à prisão por quatorze anos.

Por fim, assim como Daniel entre os leões, devemos perseverar, pois não há mal que nunca se acabe, sendo assim, nós, os duzentos e treze milhões de pequenos tiranos, poderemos ver o raiar da liberdade no horizonte do Brasil.

Hino da Independência do Brasil**D. Pedro I e Evaristo de Veiga**

*“Já podeis da Pátria filhos,
Ver contente a mãe gentil;
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil
Já raiou a liberdade,
Já raiou a liberdade,
No horizonte do Brasil.*

*Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

*Os grilhões que nos forjava
Da perfídia astuto arдил...
Houve mão mais poderosa...
Zombou deles o Brasil;
Houve mão mais poderosa
Houve mão mais poderosa
Zombou deles o Brasil.*

*Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

Leandro Costa

*Não temeis ímpias falanges
Que apresentam face hostil;
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil;
Vossos peitos, vossos braços
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil.*

*Brava gente brasileira!
Longe vá temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil.*

*Parabéns, ó! brasileiros!
Já, com garbo varonil,
Do universo entre as nações
Resplandece a do Brasil
Do universo entre as nações
Do universo entre as nações
Resplandece a do Brasil.*

*Brava gente brasileira!
Longe vá... temor servil
Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil;
Ou ficar a Pátria livre,
Ou morrer pelo Brasil”.*

Leia: [AS MENTIRAS SOB AS FUNDAÇÕES](#)



Luz na praça, Sal na política



Ser cristão não é apenas uma identidade professada entre quatro paredes ou reservada ao domingo. O chamado de Cristo é integral — ele transforma não só o íntimo do coração, mas também a forma como nos relacionamos com o mundo à nossa volta. Ser cristão fora da igreja é viver com coerência, integridade e compaixão em todos os espaços: no trabalho, na família, na sociedade e também na política.

A verdade é que o ser humano civil é indivisível do ser humano religioso. Fé e razão não são polos opostos, mas dimensões complementares do nosso ser. Nossa fé molda nossas escolhas, princípios e ações. Fingir que podemos separá-la da vida pública é negar a própria essência daquilo que cremos. Ninguém abandona sua identidade ao votar ou participar da vida em sociedade.

Por isso, não é incoerente que a fé cristã inspire decisões políticas ou sociais. Pelo contrário: o amor ao próximo, a busca pela justiça e o cuidado com os vulneráveis são princípios que, quando vividos com autenticidade, contribuem para uma sociedade mais justa e humana. Essas diretrizes devem sim influenciar as nossas decisões públicas, inclusive na hora de votar e de se posicionar.

Juliette Oliveira

A fé cristã ensina que devemos ser sal da terra e luz do mundo. Mas como cumprir esse chamado se nos calamus diante da dor, da injustiça e da degradação moral que corrompe nossa sociedade? Está mais do que na hora de os cristãos assumirem com coragem seu papel — não com imposições, mas com presença firme, com voz, com ações.

Quando deixamos de participar, outros moldam o mundo por nós — muitas vezes em direções contrárias ao que acreditamos. Vivemos tempos em que muitos transformam ideologias em fantasias, ignorando a realidade concreta que nos cerca. E, enquanto isso, vidas reais estão sendo destruídas. Bebês indefesos, que deveriam ser protegidos, são mortos todos os dias.

Essa realidade expõe a doença moral de uma sociedade que perdeu a sensibilidade pela vida. A cultura do descarte, como chamou o Papa Francisco, banaliza a existência humana e relativiza valores fundamentais. A indiferença se tornou um escudo para não enfrentar o que é desconfortável.

Dizer a verdade, hoje, exige coragem. Muitos cristãos preferem o silêncio por medo de serem julgados ou rotulados. Mas a luz que Deus colocou em nós não foi feita para ser escondida. Ser cristão na sociedade não é impor dogmas, mas viver com firmeza e amor os valores que professamos. É assumir quem somos sem medo ou vergonha.

A política, quando orientada por princípios éticos e humanos, pode ser um espaço poderoso de transformação. O cristão que se engaja nesse campo com humildade e serviço pode contribuir para políticas públicas que promovam o bem comum, respeitem a dignidade humana e protejam os mais fracos.

Ser cristão fora da igreja é, portanto, estender o altar até as calçadas do cotidiano. É transformar convicção em ação, oração em postura, doutrina em presença. Nossa fé não é estática: ela pulsa, se move, transforma. E o mundo precisa ver isso.

Estamos diante de uma sociedade adoecida — afetada por relativismos, polarizações vazias e uma crescente perda de propósito. Mais do que nunca, é urgente que cristãos se posicionem com verdade, graça e ousadia. O Evangelho é atual, vivo, e tem respostas para os desafios de hoje.

Isso não significa sermos perfeitos, mas sim disponíveis. Deus não chama os capacitados, capacita os que se dispõem. Cada cristão, onde quer que esteja, pode ser instrumento de paz, justiça e reconciliação. Seja num cargo público ou numa conversa de esquina, podemos testemunhar a verdade com amor.

Este é um chamado: cristão, não se esconda. Sua fé não é um detalhe da sua vida — é seu alicerce. O mundo não precisa de vozes neutras, mas de vozes firmes, guiadas pela luz de Cristo. Honre sua identidade com coragem.

Juliette Oliveira

Não se cale diante da mentira, da destruição da vida, da inversão de valores. Levante-se pela verdade, lute pela vida, defenda os inocentes. Como disse Jesus: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Que sejamos esses.

Por fim, lembre-se: a fé que não se traduz em ação é incompleta. Que possamos ser cristãos de segunda a segunda, da igreja à praça, do lar ao parlamento. Com convicção, com ternura, com integridade. O mundo precisa ver Cristo em nós — não apenas no que dizemos, mas em como vivemos.

Leia: [O amor que transforma](#)



Aljubarrota e a dinastia de Avis brasileira



Em 14 de agosto de 1385, os campos de Aljubarrota, em Portugal, tornaram-se palco de um dos confrontos mais emblemáticos da história ibérica. O exército português, liderado por D. João I e pelo Condestável Nuno Álvares Pereira, enfrentou forças castelhanas muito superiores em número, mas não em estratégia ou determinação. O que estava em jogo não era apenas uma coroa, mas a própria independência nacional.

A crise teve início com a morte de D. Fernando I, rei de Portugal, sem herdeiros homens. Sua única filha, D. Beatriz, era casada com o rei de Castela, o que levantava temores sobre a absorção de Portugal por uma potência estrangeira. Diante desse risco, setores da nobreza, do clero e do povo uniram-se em torno do Mestre de Avis, irmão bastardo do falecido rei, que assumiu a causa da independência nacional. Com apoio popular e a liderança militar de Nuno Álvares Pereira, travou-se a batalha decisiva.

A vitória portuguesa não foi fruto do acaso. O terreno foi escolhido com inteligência. As táticas, inspiradas em métodos ingleses, incluíram trincheiras e defesas improvisadas que anularam a superioridade numérica inimiga. Em poucas horas, Portugal assegurou sua autonomia política e inaugurou a dinastia de Avis. Foi uma vitória da astúcia sobre a força bruta, da legitimidade popular sobre pretensões formais.

A poeira dos campos de Aljubarrota ainda não havia baixado naquele 14 de agosto quando Portugal descobriu que havia feito mais do que vencer uma batalha – inventara um futuro. A vitória improvável de D. João I contra as forças castelhanas não foi obra do acaso, mas de uma conjugação rara:

Mauricio Motta

estratégia militar brilhante, liderança carismática e, sobretudo, um profundo instinto de sobrevivência nacional. Enquanto Nuno Álvares Pereira comandava as operações no campo, nas cortes e nas vilas portuguesas consolidava-se a compreensão de que algumas causas transcendem indivíduos – tornam-se questões de existência coletiva.

Séculos depois, sob o céu de Brasília, outra batalha pela legitimidade do poder se desenrola, desta vez nos autos processuais e nas redes sociais. A decisão do TSE que tornou Jair Bolsonaro inelegível em 2023 ecoa, em seus próprios termos, o dilema essencial de Aljubarrota: quem tem o direito de governar, e com que autoridade? Se em 1385 a ameaça vinha de um reino vizinho que buscava anexação, hoje parte significativa da sociedade brasileira enxerga no Judiciário uma força que, ainda que domesticamente, opera como poder externo ao jogo político tradicional – moldando resultados que deveriam ser decididos nas urnas.

A analogia, naturalmente, não é perfeita. Castela representava uma potência externa, enquanto o Judiciário brasileiro é instituição constitucional. Porém, como observou o historiador José Mattoso em "A Identidade Nacional", aquele sentimento de invasão de soberania que mobilizou os portugueses em Aljubarrota não dependia de fronteiras geográficas, mas da percepção de que forças alheias ao corpo político nacional determinariam seu destino. Essa mesma lógica emocional parece operar hoje em segmentos que veem nas decisões judiciais sobre casos eleitorais uma interferência indevida no espaço democrático.

O campo conservador brasileiro vive hoje um impasse sucessório que lembra, em certa medida, os dilemas da nobreza portuguesa após Aljubarrota: a vitória política foi conquistada em 2018, mas falta-lhe um herdeiro claro para conduzir o próximo capítulo, agora que seu maior ícone está desarmado no campo de batalha e não pode lutar.

Tarcísio de Freitas emerge como figura técnica com credenciais administrativas, mas seu perfil tecnocrático – ainda que eficaz no governo de São Paulo – não parece despertar o fervor ideológico necessário para mobilizar o núcleo duro da direita conservadora. Michelle Bolsonaro, por outro lado, carrega o sobrenome e o capital simbólico da família, mas sua trajetória até agora sugere mais uma "guardiã da chama" do que uma líder pronta para assumir o centro do palco político. Eduardo Bolsonaro, embora combativo e fiel ao legado paterno, enfrenta resistências que vão além das disputas partidárias – sua imagem permanece controversa até mesmo entre setores que compartilham de suas ideias.

Aqui reside a diferença fundamental entre Aljubarrota e Brasília. Portugal saiu da batalha com uma liderança clara e um projeto nacional – as navegações que logo transformariam um pequeno reino em império global. O Brasil contemporâneo, após sua crise sucessória, ainda não encontrou nem o líder, nem o projeto que possa agregar além do círculo de fiéis. A direita oscila entre o personalismo e a falta de

Mauricio Motta

alternativas; a esquerda, entre o teatro encenado da defesa das instituições e a tentação de usá-las como armas contra os adversários.

Talvez a verdadeira lição de Aljubarrota seja justamente esta: que crises de sucessão só se resolvem quando há, por trás das disputas pessoais, uma ideia maior de país capaz de justificar os sacrifícios.

A ideia que mobilizou a nova casa monárquica portuguesa em 1385, passava pelo fortalecimento econômico e pela segurança militar. O Tratado de Windsor, assinado em 9 de maio de 1386, fez parte daquela estratégia e selou um acordo de paz e aliança entre Portugal e Inglaterra, formalizado durante o reinado de D. João I e Ricardo II, respetivamente. Este tratado estabeleceu uma aliança duradoura entre os dois reinos, com cláusulas militares, políticas e comerciais, considerado a mais antiga aliança diplomática em vigor.

O Tratado de Windsor não foi apenas uma aliança econômico-militar – foi a semente de um novo posicionamento geopolítico. O Brasil, em seu labirinto institucional, ainda procura sua bússola equivalente, alternando-se entre 'players' com espectros ideológicos diametralmente opostos, tais como os Estados Unidos e a China.

No fim, a história nunca se repete, mas suas melodias soam estranhamente familiares. O que Aljubarrota nos ensina é que nações podem emergir fortalecidas de suas crises existenciais – desde que encontrem, no meio da batalha, não apenas inimigos para combater, mas futuros para construir. O Brasil do século XXI, entre processos judiciais e polarização, ainda procura seu momento fundador. Quando – e como – ele virá é uma pergunta que nem os melhores estrategistas de 1385 saberiam responder. Mas a lição portuguesa permanece: sem projeto, não há vitória que dure; sem legitimidade, não há poder que se sustente.

O resto, como talvez dissesse Nuno Álvares Pereira enquanto cavalgava pelos campos após a batalha, é com a história.

Leia: [Conservadores e revolucionários](#)



A chegada do inverno



A vida de um modo geral é gerida por lei, entre elas a lei dos ciclos; temos por exemplo, ciclos menores com dia e noite, médios como, os semanais e maiores como, as estações do ano. Os ciclos abarcam toda a estrutura da vida e está presente na ciência, religião, arte, política, história, entre outras chaves.

Seguindo o ciclo natural entramos no inverno e como uma lei natural, deve ser respeitada. Com a chegada do inverno, gostamos ou não, há que adaptar-se ao momento, pois o que se pode fazer para eliminar o inverno? Nada! Pois a lei se impõe.

Lembro que há leis em todos os aspectos da vida, assim como na política, com seus ciclos de guerra e paz, abundância e escassez econômica, por exemplo. No dia a dia, vejo pessoas que de maneira insana tentam evitar as leis, mas claro, sem sucesso. Então, fica a pergunta: Como comportar-se ante uma situação da qual não temos como mudar?

Nestes momentos o ideal é usar a inteligência para manter-se o mais protegido possível dos efeitos negativos que em todos os casos se fazem presente. Se a situação é muito arriscada, a melhor atitude é a prudência, pois enfrentar o que não se pode mudar pode ser fatal.

Mesmo aqueles que gostam do verão e não são nada afeitos ao inverno sabem que o melhor a fazer é compreender o momento e adaptar-se para que ao fim do ciclo, esteja bem para aproveitar o próximo

Edson Araujo

momento. Sim, tudo é cíclico e vai passar; talvez para que não se conforma ao momento do inverno, pode parecer que dure uma eternidade, mas aquele que com inteligência sabe que nada pode fazer para mudar, porém muito para amenizar os efeitos, conseguirá passar com dignidade pelo momento que para ele, com certeza, é doloroso, falar pouco, manter-se vigilante aos altos e baixos da estação, observar cada pessoa para que não fique exposto a frieza do momento; e isso não significa que precise deixar de gostar do verão, mas que apesar disso, sabe adaptar-se ao momento e aguardar o fim de um ciclo.

O inverno é um momento que embora doloroso para muitos, é também um ótimo momento para reflexão e para planejarmos a chegada de uma estação mais favorável.

Se soubermos passar por qualquer situação de forma digna e inteligente, poderemos oferecer no futuro, tudo o que temos guardado para que seja aproveitado no momento oportuno, nesse caso, paciência, equilíbrio e maturidade são fundamentais para saber que estamos sim, num momento de inverno, mas que no futuro o verão com sua máxima expressão no aguarda, com sua luz, calor, brilho, liberdade e tudo mais que aqueles que amam o verão sentem falta e por tanto lamentam.

Usemos os instrumentos que nos são próprios para este momento de frieza, pouca luz, acinzentado que parece querer nos manter presos a todos o custo, por conta da sua característica sombria.

Contudo, fica aqui uma mensagem para os que já a tempos sofrem com esse inverno, assim como tudo na vida, este momento irá passar e agir com inteligência para manter-se protegido é fundamental para que ao seu fim, possamos desfrutar do tão sonhado verão.

Que Deus abençoe nossa jornada!!!

Leia: [FAHRENHEIT 451](#)



A tradição Judaico-cristã Uma ofensa



“Vós adorais o que não sabeis; nós adoramos o que sabemos porque a salvação vem dos Judeus” (João 4:22, ACF).

Em sua última revelação, nosso Senhor Jesus Cristo mostra a João, o apóstolo amado (**João 13:23; 21:20**), exilado na Ilha de Patmos (**Apocalipse 1:9**), tudo aquilo que ia acontecer nos últimos dias, e que ficou registrado no último livro das Sagradas Escrituras, o Apocalipse. Dá-se o nome de “escatologia” ao ramo da teologia que se ocupa do estudo das “últimas coisas”, e que tem como principal – mas não única – fonte exatamente este livro, que estudado em conjunto com outras passagens proféticas, em especial nos livros de Daniel, Ezequiel, Zacarias e nos Evangelhos, nos fornece informações importantes sobre o destino da humanidade. Mas tudo isso só faz sentido ao que crê. E que crê nas Escrituras como sendo aquilo que elas dizem ser: a Palavra de Deus, revelada, perfeita e incontestável. Tudo isso, *a priori*, soa de certa forma como uma obviedade aos ouvidos cristãos, mas na verdade tudo isso está sendo posto em dúvida, não pelos ateus, não pelos agnósticos, não pelos budistas e nem pelos muçulmanos. Aquilo que deveria se apresentar como algo naturalmente aceito pelos cristãos, na verdade está sendo colocado em cheque pela própria cristandade.

Antes, porém, de discorrermos acerca de profecias ancestrais, é necessário, preliminarmente, por alguns “pingos nos is”. O que também só fará sentido se você for cristão.

Neto Curvina

Em primeiro lugar, quando a cristandade se refere a Deus, a que Deus está se referindo? De quem se trata? Como ela chegou ao seu conhecimento? As informações que julga ter dele foram retiradas de que fonte? Esses questionamentos revelam uma realidade absolutamente contraditória em termos de fé cristã. Tão contraditória que chega a beirar a insanidade. O que queremos dizer é que ninguém, em parte alguma do mundo, faria ideia da existência de Deus e de seu plano redentor se as Escrituras não tivessem chegado até nós. Ou seja, o livro que muitos cristãos contestam e questionam, a partir de uma teologia crítica falida, é a única fonte confiável que lhes informar que um dia Deus enviou seu Filho ao mundo para morrer em nosso lugar. Quando alguém diz “Acredito em Deus, mas não na Bíblia” talvez não faça ideia do absurdo que acabou de dizer. É uma simples questão de lógica. Pois bem. Quando nos debruçamos sobre as Sagradas Escrituras, nossa percepção cristã nos ensina que Yeshua, o Unigênito do Pai (**João 3:16**), é o personagem central das Escrituras, desde o primeiro livro, onde é apresentado como o “*descendente da mulher*” (**Gênesis 3:15**), passando por todos os demais livros até chegar ao último, onde ele conduz todas as ações pessoalmente. E é a partir deste personagem principal, de sua ótica, que devemos entender o plano de Deus, e não através dos nossos próprios olhos, conclusões ou opiniões, e nem da de filósofos gregos ou pensadores escolásticos. Quem define o padrão exegético das Escrituras é o filho de Deus, como todas as suas cristofanias. Um padrão que se torna ainda mais radical se entendermos os mistérios contidos em **João 1:1**, “*No princípio era o Verbo (Logos/Palavra), e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus*”. Mais adiante quando, no mesmo contexto, o apóstolo diz que “O Verbo se fez carne” (**João 1:14**), ele reconhece que Jesus e a sua Palavra são uma coisa só, e esta coisa é a manifestação visível de Deus (**Colosenses 1:15**). Poucos teólogos conseguiram captar esse mistério como Agostinho, que diz “Mas pôde ocorrer que a Escritura, sem dar a perceber, tenha passado de pessoa para pessoa e ao narrar que o Pai disse: *Faça-se a luz* e as demais coisas que afirma terem sido feitas pelo Verbo, esteja indicando que o Filho é quem falou ao primeiro homem, embora não dê explicações claras, mas o insinue aos capazes de entender” (Agostinho. A Trindade. Paulus. 2014).

Mas quem é esse Jesus, que ao mesmo tempo é o Verbo e o filho de um carpinteiro da Galileia?

Esse Jesus é, sobretudo, um judeu. Um homem que nasceu como judeu e em nenhum momento de sua vida terrena renegou os princípios de fé que aprendeu de seus pais. E seu Pai celestial, que o enviou a terra para morrer no lugar dos eleitos, não é outro senão o Deus de Israel, porque se assim não for, tudo aquilo que foi registrado nas páginas do Novo Testamento perdem, conseqüentemente a sua legitimidade. Ou seja, o Deus que os cristãos afirmam adorar ou, ainda, as Escrituras em que eles afirmam crer, e mais, a tradição que eles juram defender, é de origem judaico-cristã. Porque ou ela é judaico-cristã, ou não é nada. E é aqui, nesse ponto crítico, que queremos alertar a cristandade.

Neto Curvina

Desde a morte de Cristo, pelas mãos dos fariseus em conluio com o Império Romano, representado na ocasião por Pilatos, que forças ocultas vêm se apoderando da narrativa para causar uma ruptura espiritual que, se concretizada, lançará o mundo nos capítulos finais do Apocalipse. E aqui me refiro a uma ruptura que nunca, em momento algum, foi a aspiração da doutrina cristã pautada das Escrituras, em especial nos Evangelhos e nas Cartas de Paulo; a ruptura entre Israel e a Igreja de Yeshua. Essas forças se empenham, geração após geração para desconstruir o conceito de uma tradição “judaico-cristã”, usando falácias historicamente desonestas, como, por exemplo, jogar todos os que professam a fé cristã contra os judeus, acusando-os de terem matado o Messias. Essa construção gerou, aos poucos, os alicerces de todo o antissemitismo que existe no mundo, que acabou se sofisticando cada vez mais, criando novos espantalhos, contaminando a Reforma Protestante e, por tabela, o pensamento cristão europeu dos séculos seguintes, que desembocou no holocausto, até chegarmos na duas últimas estocadas oriundas desse engano milenar: a deturpação do termo “sionismo” e o divulgação de uma obra apócrifa chamada “Os Protocolos dos Sábios de Sião”. No primeiro caso, transformaram uma luta legítima de um povo que tudo o que queria é retornar ao seu lar e reconstruir sua pátria, em uma teoria da conspiração estapafúrdia, onde, de uma hora para outra, um povo que foi desterrado seguidamente, século após século, nação após nação, sendo espoliado de seus bens a cada desterro, estaria se preparando para dominar o mundo. Uma ideia ao mesmo tempo tão patética quanto satânica, capaz de encontrar abrigo somente em mentes tão patéticas e satânicas quanto, como, por exemplo, de um Adolf Hitler. Escreve o maníaco: “*Surgiu entre eles um grande movimento de vasta repercussão em Viena que muito concorreu para um juízo seguro sobre o caráter racial dos judeus. Esse movimento foi o sionismo*” (Adolf Hitler. *Mein Kampf*. Best Seller. Sem informação de data). Todas as vezes que vejo um militante antissemita arrotando “sionismo”, sem fazer ideia do que se trata o tema, as imagens de campos de concentração me vêm à mente. É a ignorância que gera a barbárie. E as nossas universidades estão cheias desses malucos.

“Os Protocolos dos Sábios de Sião” foram feitos e publicados por encomenda. Até hoje não há um consenso sobre a sua origem. O pouco que sabe é que sua primeira publicação “oficial” se deu em 1903, na Rússia (é claro, afinal, foram eles quem os encomendaram, os reis da desinformação), mais especificamente em um jornal de São Petersburgo, o “*Znamia*” (bandeira), de propriedade de Pavel Krushevan, um notório antissemita. Um material claramente encomendado com a marca soviética: reuniões que nunca ocorreram e atas que nunca existiram. Os nazistas amaram o material (e ainda há quem defenda que eram de direita) produzido pelos socialistas russos. Aqui, como no caso do sionismo, a mesma balela infame: os judeus estão conspirando para dominar o mundo. Foi só a Alemanha entrar em crise e, como num passe de mágica, Hitler encontrou seu “bode expiatório”, uma expressão ironicamente retirada da Torá.

Neto Curvina

Há quem pense, de forma ingênua, que todo esse sentimento antissemita seja exclusividade da Eurásia do século XIX para cá. A história mostra que o mundo persegue os hebreus desde que Deus chamou Abraão para iniciar sua jornada que desembocaria em Jesus. É curioso constatar que as pessoas que acreditam em lixos narrativos como o “sionismo” enviesado dos globalistas e nas sandices dos “Protocolos”, se assumam “cristãos” e não percebam o componente espiritual latente que envolve esse embate. Elas não percebem que ser antissemita é também ser anticristão, e que se afastar da tradição judaico-cristã é se afastar do próprio Cristo. E são essas conclusões que o sistema tem tentado destruir usando todo o seu arsenal dialético, porque ele sabe que o cristianismo desprovido de suas raízes e alicerces, é um cristianismo caricato.

“A salvação vem dos judeus”

Quando Yeshua diz essa frase (**João 4:22**), ele está resumindo todo o arcabouço do plano divino que, por sua vez, é delineado por Paulo em sua Epístola aos Romanos. E em **Efésios 2:14**, o apóstolo ratifica que ele “De dois povos fez um”. Ou seja, o projeto verdadeiramente cristão nunca foi separar Israel da Igreja, faz fazer de ambos uma coisa só. Essa é a determinação que há nas Escrituras. Mas algo deu errado no meio do caminho. Forças poderosas, aquelas que operam desde a queda, e que quem é cristão sabe que existem, cuidaram em fazer com que a coisa toda seguisse por caminhos completamente enviesados, disseminando falácias no meio da cristandade, especialmente a partir do século IV, de modo que os judeus, como um povo, e não somente a elite religiosa da época, levasse sobre si toda a culpa pela morte do Messias. Um discurso de contornos malignos, antibíblico e, por conseguinte, anticristão, afinal, também eram judeus os pais de Yeshua, seus irmãos, seus discípulos, mais de cem pessoas que estavam congregando no cenáculo e depois as milhares que se converteram no dia de Pentecoste. O interessante é que nem mesmo um dos segmentos mais odiosos que se valeram dessa falácia, o nazismo, transferiu sua culpa para uma nação inteira. Você não vê as pessoas dizendo “Os alemães fizeram o holocausto!”, mas sim “Os nazistas fizeram o holocausto!”. Ou seja, quando é cômodo, isenta-se uma nação, quando não, generaliza-se.

Nos últimos séculos, algo ainda mais sinistro vem surgindo no underground da cristandade, um tipo de “antissemitismo compartilhado”, gerado por uma pseudoteologia que atende pelo nome de “teologia da substituição”, compartilhada por vários segmentos cristãos, de romanos a reformados, passando até por círculos (neo)pentecostais. Segundo essa teologia, a igreja cristã teria substituído Israel no coração e nos planos de Deus, deixando a nação escolhida em segundo plano e, em muitos casos, alijada das promessas e dos pactos dos últimos dias, tornando o Antigo Testamento uma coisa quase obsoleta. E a partir daí começou um ataque à tradição “judaico-cristã” como nunca se viu, e de forma

Neto Curvina

surpreendente, como já falamos, não vindo de fora dos círculos cristãos, mas de dentro. De um lado, diagnosticam que essa expressão não passa de um anacronismo e, portanto, inadequado, que a tradição “judaico-cristã” não faz mais sentido. Acoplam a ela a falácia batida e requentada de que o “Israel Bíblico” não existe mais. O que é constrangedor, é que quem usa esse argumento sabe que ele não é verdade, mas precisa manter a narrativa. E do outro lado, uma acusação ainda mais pesada, e que a cada dia ganha mais espaço e corpo nas cercanias cristãs paroquianas, que hostiliza Israel de forma cada vez mais ostensiva, usando os mesmos argumentos que levaram ao holocausto, só que dessa vez direcionados com uma suposta roupagem teológica. Eles falam que o judaísmo é o veneno sionista que infectou o cristianismo e, como tal, deve ser combatido.

Ou a tradição é judaico-cristã, ou não é nada

O fato é que, seja do ponto de vista histórico, ou do teológico, é impossível separar judaísmo de cristianismo, ao mesmo tempo em que é impossível haver uma separação entre o Jesus judeu e o Jesus cristão. E isso é tão óbvio que pode ser exposto sem muita dificuldade, mesmo para progressistas e globalistas travestidos de cristãos.

Em primeiro lugar, a origem e identificação do Messias. Cristo é o “filho de Davi”. Ou ele tem essa linhagem ou não pode ser o Messias. Todos os aspectos relacionados à sua divindade precisam ser legitimados pelo Antigo Testamento. Desde a tribo à qual pertenceria (**Gênesis 49:10**) e o nascimento virginal (**Isaías 7:14**) em Belém da Judeia (**Miquéias 5:2**), além de muitos outros aspectos proféticos referentes ao seu ministério. Ou seja, não há Messias sem que antes haja um Antigo Testamento judeu para o legitimar. Isso não existe. Isso é mais contraditório do que afirmar que a terra é plana.

Em segundo lugar, a sua mensagem. Todas as vezes em que Yeshua se referiu aos seus mandamentos, ele estava se referindo ao Antigo Testamento judeu. Inclusive, em seu primeiro embate com Satanás, no deserto (**Mateus 4 e Lucas 4**), tudo o que ele fez foi lançar mão da fórmula “está escrito”, enquanto fazia referência a três passagens da Torá. Em nenhum momento ele dá a entender que o Antigo Testamento caducou ou perdeu sua importância, muito pelo contrário, ele constantemente reafirmava muitos ensinamentos contidos na Torá, pregando aos judeus em suas sinagogas. Os Evangelhos, bem como as Cartas, estão impregnados de textos da Antiga Aliança. Como assim a expressão “judaico-cristã” aponta para anacronismo ou sionismo deturpado? O que as pessoas estão consumindo para chegarem a conclusões trôpegas como essas?

Em terceiro lugar, a escatologia. É impossível entender qualquer coisa de cunho profético sem lançar mão de textos do Antigo Testamento. O próprio Cristo em seus discursos escatológicos fazia menção a eles (**Mateus 24:15**). O livro de Apocalipse é uma continuação das visões de Daniel, Zacarias,

Neto Curvina

Ezequiel e Isaías. Ou a escatologia é judaico-cristã ou é simplesmente não existe, não se encontra, não faz sentido.

Até pouco tempo atrás era consenso que o Ocidente havia sido erguido sobre os alicerces da tradição judaico-cristã, mas aí o antissemitismo velado, travestido de teologia, começou a se ramificar pelo submundo da cristandade, e o que era somente uma sugestão hoje é admitido de forma clara e para que todos vejam. Os “cristãos” estão renegando a ideia de uma tradição “judaico-cristã” porque, segundo eles, ela remete a um plano sionista para submeter a igreja de Cristo, ao mesmo tempo em que arreganham os dentes para os piores inimigos de Israel (e da humanidade), oferecendo-lhes guarita, em um movimento chamado “Crislã”, que até ontem era só mais uma teoria da conspiração, mas que hoje já é uma realidade com péssimas perspectivas.

A “tradição judaico-cristã” é uma ofensa para o mundo pós-moderno. Ela é o último resquício da revelação divina completa que ainda temos como bússola para as nossas almas. É algo reconhecido por mentes brilhantes, como Leibniz, que discorre sobre ela no prefácio de “Teodiceia”. Ou como Roger Scruton, que a cita textualmente em seus livros (Roger Scruton. Como ser um Conservador. Record. 2019.). E ainda o magistral Jordan Peterson, que faz uso da expressão em profusão no espetacular “Mapas do Significado”. E poderíamos incluir C S Lewis, Leo Strauss, Weber... seriam esses homens conspiradores sionistas pagos pelos Rothschild? Fariam eles parte de um plano sombrio para controlar a humanidade a partir de um pedaço de terra menor do que o Estado do Sergipe, sem petróleo, grandes reservas de água, metais preciosos ou gás natural, coberto boa parte por um deserto? Façam-me o favor. Ou o que nós chamamos de tradição é judaico-cristã, ou não é nada.

Leia: [O faraó do Êxodo](#)



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



